



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

I. Órgão Interessado

SECRETARIA FAZENDA E FINANÇAS

II. Área Interessada

III. Responsável pelo Termo de Referência

Nome	Cargo	Matricula
ISABELA OUVENEY MACHADO MARQUES ARANTES	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	185801

IV. Necessidade da Contratação

Permitir o recebimento de aproximadamente 159 mil guias de arrecadação por ano, propiciando aos municípios acesso a meios de pagamento que facilitem o cumprimento de suas obrigações pecuniárias com a Administração Municipal, com o intuito de combater a inadimplência.

V. Definição do Objeto

O objeto do presente Termo de Referência é o credenciamento de instituições financeiras, ainda não credenciadas para prestação de serviços bancários de arrecadação, de recolhimento de tributos e demais receitas municipais, através de DAM – Documento de Arrecadação Municipal, em padrão FEBRABAN, com prestação de contas por meio magnético de valores arrecadados conforme padrões estabelecidos, que permita a conferência dos valores arrecadados, através da modalidade Chamada Pública.

O presente credenciamento será na condição paralela e não excludente.

VI. Exigências de Habilitação

VI.I Habilitação Jurídica

- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, inclusive alterações em vigor
- CNPJ

VI.II. Regularidade Fiscal

- Certidão da dívida ativa da União e Receita Federal
- Certidão de regularidade estadual (ICMS)
- Certidão de regularidade municipal
- Certidão Unificada Federal
- Regularidade de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF

VI.III. Qualificação Técnica

- Certidão emitida pelo Banco Central do Brasil- BACEN

Justificativa

Certidão comprobatória da condição de instituição financeira devidamente autorizada a funcionar. Declaração de que suas agências, PAB's e seus caixas eletrônicos possuem toda infraestrutura necessária ao perfeito cumprimento do objeto do contrato, inclusive quanto à mão de obra especializada, equipamentos, segurança e tecnologia.

VI.IV. Qualificação Econômica-Financeira

- Certidão negativa de falência

Justificativa



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO
BONITO ESTADO DO RIO DE JANEIRO -
RJ EXERCÍCIO: 2024**

Anexo: 450
Termo de Ref: 328
Data Emissão: 17/09/2024

Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. Se o licitante não for sediado na Comarca de Rio Bonito, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falência ou recuperação judicial.

Especificações e Quantitativos

Lote	Ordem	Cód. Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
1	1	37065	Home/Office Banking e/ou Internet Banking e prestação de contas por meio eletrônico	SERV	1,00	2,65	2,65
1	2	37066	Atendimento em Casas Lotéricas ou correspondentes bancários e prestação de contas por meio eletrônico.	SERV	1,00	3,35	3,35
1	3	37067	Sistema de Débito Automático e prestação de contas por meio eletrônico	SERV	1,00	2,65	2,65
1	4	37068	Guichês de auto atendimento na própria agência bancária e prestação de contas por meio eletrônico	SERV	1,00	4,60	4,60
Total: R\$							13,25

VII. Critérios de Aceitabilidade e Julgamento

VII.I Justificativa

VIII. Cláusulas do Contrato

VIII.I. Preço

O Município pagará às instituições Credenciadas pela prestação dos serviços os valores unitários (por boleto), para o período de 12 (doze) meses de credenciamento.

O regime de execução será de empreitada por preço unitário.

VIII.II. Condições de Pagamento

VIII.III. Critério de Reajustes

O Preço dos serviços será reajustado de acordo com a legislação vigente na data de sua aplicação, quando será adotado o ÍNDICE DE PREÇOS DO CONSUMIDOR AMPLIADO - ESPECIAL - IPCA -E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE, calculado no últimos 12 (doze) meses.

VIII.IV. Atualização Monetária

IX. Prazos

IX.I. Prazo de Início

Os serviços, rigorosamente de acordo com o ofertado na proposta e obedecendo aos critérios estabelecidos, deverão ser iniciados em até 24 (vinte e quatro) horas após a assinatura do contrato.

IX.II. Prazo de Conclusão

IX.III. Prazo de Observação

IX.IV. Prazo de Recebimento Definitivo



IX.V. Prazo de Vigência

O prazo de vigência do Instrumento Contratual será de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura do contrato desta Chamada Pública, prorrogáveis/renováveis nos Termos do art. 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021, havendo acordo entre as partes.

No prazo de 30 (trinta) dias do término da vigência deste instrumento, a CONTRATANTE expedirá comunicado à CONTRATADA para que esta manifeste, dentro de 05 (cinco) dias contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do contrato.

X. Recursos Orçamentários

Reduzido	Programática	Fonte	Descrição
35	02.003.04.122.0001.2.002.3.3.9 0.39.00.00	15000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESS

XI. Garantia do Contrato

XII. Diretos e Responsabilidades

São obrigações do Banco:

I - Receber tributos e demais receitas municipais, nas formas e pelos meios previstos no Edital, observando os requisitos que permitam a perfeita identificação do contribuinte, da inscrição municipal, da data e do valor pago, viabilizando a correta apropriação do pagamento;

II - Arrecadar em toda sua rede, inclusive através de seu aplicativo, dos terminais eletrônicos, via internet, home-banking, terminais nas agências, postos bancários, correspondentes bancários e demais representantes da instituição financeira;

III - Apresentar ao Município, quando da assinatura do contrato, meios necessários à implementação da prestação de serviços ora contratados e os horários de funcionamento, garantindo continuidade e abrangência, por um período de 12 (doze) meses.

IV - Comunicar ao Município, no prazo de até 01 (um) dia útil, quaisquer impedimentos que impeçam, dificultem ou promovam interrupções na continuidade da arrecadação;

V - Estar apto a arrecadar pelas diversas modalidades elencadas no inciso II;

VI - Em caso de incorreção de dados, comprometer-se a regularizar as informações no prazo máximo de 01 (um) dia útil, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato;

VII - Cumprir as normas estabelecidas na legislação específica do Município, bem como nos instrumentos normativos que forem editados para regular os serviços de arrecadação;

VIII - Fornecer ao Município, sempre que solicitadas, certidões comprobatórias da regularidade com os encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários;

IX - Disponibilizar ao Município os meios necessários para a verificação dos procedimentos de arrecadação, obrigando-se a resolver eventual irregularidade apurada em auditoria, inclusive reprocessando a informação contida nos arquivos auditados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

X - Manter as informações de transmissão de arrecadação em meio eletrônico por período não menor do que 60 (sessenta) meses contados do início da vigência da contratação e fornecendo cópia gratuitamente quando solicitado;

XI - Repassar o produto da arrecadação até o segundo dia útil posterior ao pagamento;

XII - Efetuar o cálculo de encargos moratórios automaticamente via sistema nas guias de arrecadação vencidas, mas observando a data limite de autorização para o recebimento.

XIII - Manter atualizadas as informações de contato com as centrais de apoio aos serviços de transmissão dos arquivos de retorno.

XIV - Fornecer mensalmente extrato com os valores cobrados pelo serviço prestado para fim de fiscalização.

3.3 - É vedado ao CONTRATADO:

I - Utilizar, revelar ou divulgar, no todo ou em parte, ainda que para uso interno, informações ou documentos a terceiro vinculados à prestação de serviços para o Município;

II - Cancelar ou debitar valores sem a devida justificativa, comunicando imediatamente o Município; e

III - Cobrar qualquer taxa ou tarifa do contribuinte, e/ou devedor, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações pelos serviços ora contratados.

IV - Não receber cheques de emissão do próprio cliente/usuário ou de terceiros, para quitação dos documentos objeto deste Termo de Referência e do Contrato. Contudo, caso o faça, será de sua responsabilidade o recebimento em eventual devolução, devendo o valor do documento ser repassado ao Município como sendo recebimento por dinheiro;

3.4 - Não será considerada como repassada a arrecadação:

a) enquanto o arquivo de transações remetido pelo Banco não for disponibilizado ao Município;

b) enquanto perdurar irregularidade entre o valor constante do arquivo de transações e o valor registrado ao extrato.



3.5 - São obrigações do Município:

- I - Verificar e controlar a consistência das informações relativas à arrecadação;
- II - Eleger o protocolo de comunicação a ser utilizada na transmissão eletrônica de dados em compatibilidade com os sistemas utilizados pelo Banco;
- III - Estabelecer as especificações técnicas para a captura e envio das informações, conforme as condições estabelecidas no padrão FEBRABAN de código de barras;
- IV - Autorizar o desconto dos valores devidos pelo serviço ora contratado sobre o valor arrecadado, repassando ao município o valor líquido no prazo estabelecido;
- V - Por à disposição dos contribuintes a informação necessária para que possam efetuar seus pagamentos;
- VI - Fornecer informações suficientes nos meios de cobrança para viabilizar o cálculo para pagamentos, mesmo quando após a data de vencimento, indicando inclusive a data final de recebimento da guia em atraso;
- VII - Entregar ao CONTRATADO:
 - a) Recibo dos arquivos enviados;
 - b) Mensagem de aceitação/rejeição dos arquivos enviados.

XIII. Sanções Administrativas

XIII.I. Penalidades

Nos termos do art. 156 da Lei Nacional nº 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do contrato ou pelo descumprimento de quaisquer obrigações assumidas perante a Administração, o credenciado, a quem será garantida prévia defesa, ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, garantindo-se contraditório e ampla defesa:

- a) Advertência;
- b) Multa compensatória entre [0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento)] do valor do contrato celebrado;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

O procedimento, hipóteses de descumprimento e aplicação das sanções seguirá os preceitos estabelecidos na Lei n. 14.133/21;

- A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o promitente contratado à multa de mora, no percentual de 10% da obrigação não cumprida.
- A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no item "a". As sanções previstas nos itens "a", "k". e d poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item b, nos termos do art. 156, § 7º, da Lei n. 14.133/21.

Não serão consideradas sanções e/ou penalidades os valores descontados em função do não cumprimento dos bens ou de metas aprovadas.

- O termo de credenciamento poderá ser rescindido por ato formal e unilateral pela Administração, nos casos enumerados no art. 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021, observado o art. 138 da mesma norma, assegurado o contraditório e ampla defesa do contratado.

- No caso da rescisão prevista no item anterior, a Administração deverá comunicar o credenciado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias a formalização do descredenciamento, sem prejuízo dos serviços já prestados e sem que caibam a este, quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.

Também são causas de rescisão do termo de credenciamento a reincidência no descumprimento de quaisquer das condições elencadas no presente Edital e no respectivo termo, bem como a prática de atos que caracterizem má-fé em relação à Administração ou ao beneficiário, sem prejuízo das causas previstas na Lei 14.133/2021.

XIII.II. Multas

XIV. Casos de Rescisão do Contrato

XV. Reconhecimento dos Direitos da Administração em caso de Rescisão Administrativa

XVI. Vinculação ao Edital e a Proposta



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO
BONITO ESTADO DO RIO DE JANEIRO -
RJ EXERCÍCIO: 2024**

Anexo: 450
Termo de Ref: 328
Data Emissão: 17/09/2024

XVII. Legislação aplicável à Execução do Contrato e aos Casos Omissos

LEI 14.133/21

XVIII. Obrigação da Contratada de Manter as Condições de Habilitação e Qualificações Exigidas

XIX. Fiscalização e Gestão do Contrato

A fiscalização deverá ser realizada por ARMANDO JOSÉ MOREIRA DE CARVALHO TÉCNICO EM CONTABILIDADE 3969 nomeado pela bem como pelo gestor do contrato GISELE LESSA CARDOZO DE OLIVEIRA ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 4351 cuja função será de registrar todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.

XVIII. Disposições Gerais

A Contratada ficará obrigada a executar fielmente o objeto proposto neste Termo de Referência, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da Fiscalização, à qual se compromete, desde já, submeter-se;

A simples apresentação de proposta indica, e fica assim entendida, que a Empresa dá plena concordância com todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

APROVO o Termo de Referência e AUTORIZO o devido prosseguimento.

MARCO AURELIO CORREIA ALVES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA E FINANÇAS
Rio Bonito-RJ, 16 de julho de 2024